

Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais |
e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262 | v.2, n.4, Jul-Dez. 2013 | p.7-10

EDITORIAL:

Brasil, o elo mais fraco do BRICS?

Os leitores e colaboradores da AUSTRAL, dos mais diversos países, têm nos perguntado “o que está ocorrendo no Brasil?” De fato, não há uma crise econômica nem problemas conjunturais que possam servir de explicação para as mobilizações recentes. Após quase uma década de intensa projeção internacional, crescimento econômico e bem sucedidas políticas sociais, o Brasil da Presidente Dilma foi sacudido, em junho de 2013, por uma onda de estranhos protestos, caracterizados por motivações contraditórias. A conquista obtida pelo presidente Lula de o Brasil vir a sediar a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro parecem, subitamente, em risco. O Brasil, como a maioria dos países, padece do caos das megacidades e necessita, com urgência, de obras de infraestrutura, que seriam propiciadas pela Copa e pela Olimpíada.

É correto que o governo tem procurado estimular o consumo das classes C e D, sem prejudicar as A e B e, para tanto, facilita a aquisição de automóveis, que aumentam o caos urbano, em detrimento do uso e do desenvolvimento do transporte público. E, quanto a este último aspecto, não atua de forma diferente do Regime Militar ou da Era Neoliberal de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Ao mesmo tempo, cria uma cultura de consumismo, com direitos ampliados, sem deveres correspondentes nem motivações ideológicas construtivas e coletivas, apenas o culto ao individualismo.

A velha elite brasileira se ressentida da crescente concorrência das classes ascendentes, em relação a uma infraestrutura defasada e ao deficiente setor de serviços, que deixa cada vez mais a desejar. Uma população despolitizada pelo fisiologismo das alianças de governos de coalizão e pela indiferenciação dos programas partidários agrava a situação. Mas a insatisfação difusa, por si só, é incapaz de produzir tais manifestações de rua.

Há mais de vinte anos os setores de defesa externa, segurança interna e inteligência têm sido negligenciados, inclusive pelo governo atual, influenciado

por uma perspectiva pós-moderna e (des)orientado por uma agenda emanada de certos círculos das grandes potências. Neste sentido, o governo Dilma Rousseff demonstra alguma descontinuidade em relação ao do presidente Lula, pois tem um perfil muito técnico, por um lado, e politicamente vacilante, por outro. Inclusive sua diplomacia evidencia sinais de retrocesso, num governo perigosamente permeável e vulnerável à ação política instrumental de ONGs e fundações públicas e privadas estrangeiras. Políticas públicas são lançadas, fomentando movimentos sociais de orientação ambígua, que se voltam contra o próprio governo que os beneficia. Em plena crise mundial, manifestantes demandam privilégios que estão desaparecendo até nas antigas e prósperas potências do Norte, sem estarem dispostos a realizar qualquer esforço.

As redes sociais, tecnologicamente controláveis e politicamente influenciadas por atores estrangeiros, enquadram facilmente manifestantes desorientados e inexperientes, marcados por um idealismo ingênuo. Os velhos conservadores brasileiros e os *agents provocateurs* internos e externos passam à ação, bem como grupos econômicos de pressão em busca de vantagens pontuais e obscuras e desconhecidas organizações de extrema-esquerda. E o governo demonstra, então, despreparo e reage de forma errática e vacilante, alimentando ainda mais os protestos. Não por acaso, o prédio do Ministério das Relações Exteriores em Brasília (Itamaraty) e instituições públicas foram os principais alvos dos atos de vandalismo.

Quanto aos outros BRICS, a China mantém seu rumo de desenvolvimento, soberania e estabilidade, enquanto a Rússia chega a ensaiar uma renascida vontade política internacional, como no caso da Síria. Já a Índia é naturalmente instável social e culturalmente, e a África do Sul se revela bloqueada pelo contraditório pacto político que propiciou o fim do *Apartheid* jurídico. Tem perdido seu protagonismo até na África, onde Angola emerge como grande *player*. No tocante ao Brasil, parece estar perdendo a vontade de responder a desafios como a espionagem eletrônica dos Estados Unidos e ao episódio do avião presidencial boliviano na Europa. Um país que concedeu asilo político a ditadores paraguaios de direita, ao militante italiano de extrema-esquerda Battisti (autor de vários assassinatos) e ao confuso episódio envolvendo a retirada do senador boliviano Roger Pinto da embaixada brasileira em La Paz, demonstra temor em conceder refúgio a Edward Snowden. O caso Roger Pinto implicou na demissão do chanceler Patriota e a nomeação

do embaixador Luiz Alberto Figueiredo. Não são previstas grandes mudanças, mas o Itamaraty deverá se tornar mais ativo e ser monitorado mais de perto pela presidente Dilma.

No mesmo sentido, o Brasil vacila quanto a critérios internacionais seletivos em áreas que enfraquecem o desenvolvimento econômico na área energética e de infraestrutura. Um membro do BRICS afastado geograficamente do núcleo eurasiático, o Brasil se debate com problemas de identidade. Uma nação histórica e culturalmente reconhecida pelo predomínio da mestiçagem, sucumbe ao pseudo-multiculturalismo que, em última instância, o define como “Ocidental”, com minorias fragmentando a construção de uma identidade nacional. Sem isto, não há projeto nacional e, em consequência, não pode haver avanço no desenvolvimento econômico-social sustentado. Mas o que está em jogo, no plano externo, é o realinhamento da diplomacia brasileira e o afastamento dos demais BRICS.

No plano interno, são as eleições de 2014, após a derrota da oposição em cidades importantes, como São Paulo. Assim, em meio a uma aparente “Revolução Colorida”, o que está em disputa não é o *Regime Change* (a classe política brasileira é bem articulada), mas o desgaste da presidente Dilma, o renascimento da enfraquecida oposição e a alteração da coalizão governante. Ironicamente, o nome do presidente Lula reaparece nas pesquisas de opinião como o de maior preferência do eleitorado para o próximo ano. Não existe uma “onda de corrupção”, mas a luta pela distribuição de investimentos e recursos públicos.

Assim, graças aos protestos, o governo deverá reagir a sua excessiva confiança e recuperar sua tomada de posição mais assertiva, que caracterizava o governo Lula. A economia, apesar do limitado crescimento, mantém a estabilidade, a prosperidade e vitalidade. Trata-se de uma crise política num regime democrático em plena vitalidade, a qual parece perder força com a reação das autoridades e a autocrítica dos partidos políticos. O Brasil, ao contrário de outras nações sul-americanas, evitou os aspectos mais negativos legados pelo regime militar e pelo neoliberalismo, e também deve superar as atuais dificuldades, em grande parte decorrentes das aceleradas transformações sociais vividas na última década. Mas, para tanto, necessita alterar certos

aspectos do modelo econômico e do sistema político, e imprimir maior vigor à política externa.

* * *

Ao lançar sua quarta edição, a *AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* completa seu segundo ano de existência. Neste número, os temas abordados são: a dimensão estratégica do Atlântico Sul; os BRICS; novas dimensões e atores da política externa brasileira; a questão climática nos países emergentes; bem como a integração latino-americana. Nesta edição, a Revista já teve sua primeira classificação no Qualis da CAPES e receberá novos indexadores. Mas o mais importante é que consolida as ligações com outros centros acadêmicos, especialmente das nações em desenvolvimento. Agradecemos o apoio da Assessoria Internacional do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e o trabalho do Assistente de Edição, Pedro Alt, bem como da equipe de tradução.